

Sheilla Maria da Graça Coitinho das Neves

Graduada em Direito pela PUC/RS, é Procuradora de Justiça Criminal do Ministério Público da Bahia. Doutorado em Ciências Jurídicas Públicas pela Universidade do Minho (Braga/Portugal), Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia, Especialização em Ciências Criminais pela Universidade do Estado da Bahia, Especialização em Direito Processual Civil e Penal pela Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Extensão Universitária em Ciências Criminales y Dogmática Penal Alemana pela Georg-August Universität Göttingen. Extensão Universitária em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia. Professora Convidada do Curso de Especialização em Ciências Criminais da Fundação Faculdade de Direito da UFBA e do Programa de Capacitação em Direitos Humanos da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Foi Professora de Direito Penal da Faculdade 2 de Julho. Autora do livro *Penas Restritivas de Direitos: alternativa de punição justa*, Juruá Editora. Coautora das obras *Estudo de Ciências Criminais – Criminalistas Baianos homenageiam Eliana Calmon*, e *Compliance e Temas Relevantes de Direito e Processo Penal: Estudos em Homenagem ao Advogado e Professor Felipe Caldeira*, ed. D'Plácido. Autora de vários artigos publicados em revistas e sites jurídicos.

TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE

**Legitimidade à Luz da Teoria
Funcionalista de Claus Roxin**

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9156-7

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Neves, Sheilla Maria da Graça Coitinho das.

N518 Tutela penal do meio ambiente: legitimidade à luz
da teoria funcionalista de Claus Roxin./ Sheilla Maria
da Graça Coitinho das Neves./ Curitiba: Jurua, 2019.
712p.

1. Tutela. 2. Direito penal. 3. Meio ambiente – Proteção. I. Título.

00073

CDD 345.05 (22.ed)

CDU 343.1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	27
Capítulo 1 INTRODUÇÃO	29
Capítulo 2 O DIREITO PENAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA.....	33
2.1 A REPERCUSSÃO DO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO NO DIREITO PENAL DA CONTEMPORANEIDADE.....	33
2.2 TENDÊNCIAS EXPANSIONISTAS DO DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DE RISCO.....	38
2.3 O CONCEITO DE BEM JURÍDICO NA HISTÓRIA DO DIREITO PENAL.....	43
2.3.1 Breve apontamento acerca da evolução da intervenção punitiva.....	43
2.3.2 O conceito de bem jurídico	48
2.3.3 O nascedouro do bem jurídico supraindividual	52
2.4 O BEM JURÍDICO AMBIENTAL NA SOCIEDADE DE RISCO	59
2.4.1 O meio ambiente natural e as interferências humanas.....	59
2.4.2 O conceito de meio ambiente e sua proteção constitucional.....	64
2.4.3 A legítima proteção penal do bem jurídico ambiental	71
2.4.4 O bem jurídico ambiental nos parâmetros do Sistema Teleológico-Racional de Claus Roxin.....	80
Capítulo 3 A CONTRIBUIÇÃO DO FUNCIONALISMO TELEOLÓGICO NA TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE	95
3.1 OS CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO NA ATUALIDADE	95
3.2 A TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	101
3.2.1 Antecedentes históricos.....	101
3.2.2 A moderna teoria da imputação objetiva	105
3.2.2.1 A concepção de Günter Jakobs	107
3.2.2.2 A concepção de Wolfgang Frisch	113
3.2.2.3 A concepção de Claus Roxin	116
3.3 O FUNCIONALISMO TELEOLÓGICO DE CLAUS ROXIN E A TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE	125

Capítulo 4	A PROTEÇÃO PENAL DO MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES DOGMÁTICAS	133
4.1	O TIPO DE INJUSTO AMBIENTAL: BREVE INTRODUÇÃO.....	133
4.1.1	O conceito de perigo na esfera penal.....	137
4.1.2	A classificação dos crimes de perigo e a proteção do meio ambiente	145
4.2	A PROBLEMÁTICA DOS CRIMES AMBIENTAIS DE PERIGO ABS- TRATO.....	156
4.3	OS DELITOS CUMULATIVOS NO CONTEXTO DOS CRIMES AM- BIENTAIS	167
4.3.1	Noções acerca do delito cumulativo	167
4.3.2	Críticas doutrinárias ao tipo cumulativo.....	170
4.3.3	Posturas favoráveis à dogmática cumulativa	174
4.3.4	Crimes cumulativos, causalidade e imputação objetiva.....	182
4.3.5	A legitimidade dos crimes cumulativos na sociedade de riscos	187
4.3.5.1	A técnica de tipificação dos delitos de cumulação nos or- denamentos jurídicos: português e brasileiro	187
4.3.5.2	Fundamentos filosóficos: o princípio responsabilidade de Hans Jonas como pressuposto à dogmática da cumulati- vidade	194
4.3.5.3	O Funcionalismo Teleológico-Racional de Claus Roxin co- mo fundamento dogmático para os crimes cumulativos	203
4.4	A ACESSORIEDADE ADMINISTRATIVA E O TIPO ECOLÓGICO: O CARÁTER DE VINCULAÇÃO DA NORMA PENAL AMBIENTAL AO DIREITO ADMINISTRATIVO	211
4.4.1	O relacionamento entre o Direito Penal Ambiental e o Direito Admi- nistrativo: modelos de proteção penal-ambiental	213
4.4.1.1	O modelo da proteção penal absolutamente independente...214	
4.4.1.2	O modelo da proteção penal absolutamente acessório	218
4.4.1.3	O modelo da proteção penal relativamente acessória	220
4.4.2	Formas de manifestação da acessoriedade administrativa	225
4.4.2.1	Acessoriedade conceitual.....	226
4.4.2.2	Acessoriedade normativa ou de direito: a norma penal em branco	229
4.4.2.3	Acessoriedade de ato: ainda a norma penal em branco.....	238
4.4.2.3.1	Ato autorizativo ilícito	243
4.4.2.3.2	Ato proibitivo ilícito e comportamento passí- vel de autorização não autorizado	253
4.4.2.3.3	Tolerância pela Administração Pública.....	260
4.4.3	Normas penais editadas sem remissão expressa ao Direito Admi- nistrativo	265

4.5	A RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS	271
4.5.1	A criminalização da pessoa jurídica no Direito contemporâneo: uma introdução	271
4.5.1.1	Breve aporte da responsabilidade penal da pessoa jurídica no contexto internacional	273
4.5.1.2	Os modelos básicos de responsabilidade penal da pessoa coletiva	285
4.5.2	A reponsabilidade penal da pessoa jurídica e seus fundamentos	291
4.5.2.1	A natureza jurídica das pessoas coletivas	291
4.5.2.2	A capacidade de vontade e de ação da pessoa jurídica	293
4.5.2.3	A evolução da culpabilidade no sistema jurídico-penal	294
4.5.2.4	A teoria da imputação objetiva no contexto da responsabilidade penal da pessoa coletiva: uma incursão na esfera ambiental	299
4.5.3	A responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito português e brasileiro.....	309
4.5.3.1	Um panorama da responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito português.....	309
4.5.3.2	A responsabilidade da pessoa coletiva nos crimes ambientais em Portugal.....	318
4.5.3.3	O Direito brasileiro: a pessoa jurídica como responsável pelo crime ambiental.....	327
4.5.3.3.1	A previsão constitucional e infraconstitucional da responsabilidade penal da pessoa jurídica	327
4.5.3.3.2	A responsabilidade penal da pessoa de Direito Público	340
4.5.3.3.3	A Lei Ambiental e suas imprecisões técnicas: desafios de sua aplicação	349
Capítulo 5	OS CRIMES AMBIENTAIS NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO: BREVE ANÁLISE DA LEGITIMIDADE DOS PRINCIPAIS TIPOS.....	359
5.1	O NASCEDOURO DO DIREITO DO AMBIENTE EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	359
5.2	O CRIME DE POLUIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS E BRASILEIRO	382
5.2.1	O conceito de poluição: suas formas e repercussão nas leis brasileiras e portuguesas	382
5.2.2	O crime de poluição no ordenamento jurídico brasileiro: aspectos dogmáticos e legitimidade.....	390
5.2.3	O crime de poluição em Portugal: uma resposta aos riscos da pós-modernidade	400

5.3	UM PANORAMA DOS DEMAIS CRIMES AMBIENTAIS PORTUGUESES E BRASILEIROS.....	410
5.3.1	O contexto de proteção penal do meio ambiente no Brasil.....	410
5.3.1.1	Dos crimes contra a fauna.....	411
5.3.1.1.1	Da caça e condutas similares.....	412
5.3.1.1.2	Da exportação de peles e couros de anfíbios e répteis.....	424
5.3.1.1.3	Da introdução de espécimes faunísticos no País ..	426
5.3.1.1.4	Da prática de abuso, maus-tratos, lesões e mutilação aos animais	428
5.3.1.1.5	Da emissão de efluentes ou carreamento de materiais que provoca o perecimento de espécimes da fauna aquática.....	443
5.3.1.1.6	Da pesca em local proibido ou interditado, mediante explosivos, substâncias tóxicas ou por outro meio proscrito por autoridade competente.....	446
5.3.1.2	Dos crimes contra a flora	450
5.3.1.2.1	Da danificação e destruição de florestas e Unidades de Conservação	451
5.3.1.2.2	Da provocação de incêndios em florestas, matas, demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou em qualquer tipo de assentamento humano	468
5.3.1.2.3	Da extração de pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais de florestas de domínio público ou área de preservação permanente	472
5.3.1.2.4	Do corte ou transformação em carvão de madeira de lei e do recebimento ou aquisição de carvão, madeira, lenha ou outros produtos de origem vegetal.....	473
5.3.1.2.5	Do impedimento ou colocação de dificuldade à regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação	476
5.3.1.2.6	Da destruição, danificação, lesão ou maus-tratos de plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia.....	479
5.3.1.2.7	Da destruição ou danificação de florestas nativas ou plantadas e de vegetação fixadora de dunas e protetora de mangues	482
5.3.1.2.8	Do desmatamento, exploração econômica ou degradação de floresta em terras de domínio público ou devolutas	484
5.3.1.2.9	Da comercialização ou utilização de motoserras em florestas e demais formas de vegetação ...	487

5.3.1.2.10	Da penetração em Unidades de Conservação de posse de substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais	491
5.3.1.3	Das outras condutas poluidoras contra o meio ambiente natural.....	493
5.3.1.3.1	Da execução de pesquisa, lavra ou extração de recursos naturais	494
5.3.1.3.2	Da produção, processamento, embalagem, importação, exportação, comércio, transporte, armazenamento, guarda, depósito ou uso de substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente	498
5.3.1.3.3	Da construção, reforma, ampliação, instalação ou colocação em funcionamento de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores no território nacional	506
5.3.1.3.4	Da disseminação de doença ou praga ou de espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas	510
5.3.1.4	Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	512
5.3.1.4.1	Da destruição, inutilização ou deterioração de bens protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial	514
5.3.1.4.2	Da alteração de aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial	517
5.3.1.4.3	Da promoção de construção em solo não edificável ou no seu entorno em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental	519
5.3.1.4.4	Da pichação ou outras conspurcações em edificações ou monumentos urbanos.....	523
5.3.1.5	Dos crimes contra a Administração Ambiental.....	527
5.3.1.5.1	Da afirmação falsa ou enganosa, omissão da verdade ou sonegação de informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.....	528
5.3.1.5.2	Da concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.....	532

5.3.1.5.3	Do descumprimento de contrato ou do cumprimento de obrigação de relevante interesse ambiental.....	534
5.3.1.5.4	Da obstrução ou colocação de dificuldades à ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.....	538
5.3.1.5.5	Da elaboração ou apresentação, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, de estudo, laudo ou relatório ambiental falso ou enganoso....	541
5.3.1.6	Breve conclusão acerca da tutela penal ambiental prevista pela Lei 9.605/1998: processamento e punibilidade – uma aproximação à Teoria Dialética Unificadora de Claus Roxin...	546
5.3.2	Crimes ambientais portugueses e o regime das contraordenações.....	562
5.3.2.1	O regime das contraordenações em Portugal	562
5.3.2.2	As contraordenações ambientais portuguesas: algumas considerações	570
5.3.2.3	Os crimes ambientais no ordenamento jurídico português....	582
5.3.2.3.1	Do incêndio florestal	584
5.3.2.3.2	Dos danos contra a natureza.....	588
5.3.2.3.3	Da infração de regras de construção, dano em instalações e perturbação de serviços e da violação de regras urbanísticas	593
5.3.2.3.4	Das atividades perigosas para o ambiente	599
5.3.2.3.5	Do perigo relativo a animais ou vegetais	603
5.4	A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO PENAL DO MEIO AMBIENTE EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	606
5.4.1	A criminalização ambiental: uma necessidade na sociedade de riscos....	606
5.4.1.1	O caso Samarco: um desastre tecnológico	614
5.4.2	Brasil e Portugal: síntese comparativa da legislação penal ambiental	631
CONCLUSÃO		651
REFERÊNCIAS		673
ÍNDICE REMISSIVO		699